



## **Câmara Municipal de Pelotas**

Gabinete Vereadora MIRIAM MARRONI  
Bancada Partido dos Trabalhadores

### **-PROJETO DE LEI**

#### **Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável nas escolas da rede de ensino de Pelotas**

**Art. 1º** - A promoção da alimentação saudável nas cantinas no âmbito dos berçários, das creches, das escolas de educação infantil e de ensino fundamental e médio e supletivo das redes pública e privada de Pelotas é regulada por esta Lei.

**Art. 2º** - As cantinas escolares e qualquer outro comércio de alimentos que se realize no ambiente escolar obedecerão aos princípios desta Lei.

**Art. 3º** - A administração da Cantina Escolar deverá receber orientação sobre nutrição e lanches saudáveis pelas nutricionistas da Rede Pública Municipal.

**Parágrafo Único** - os responsáveis por cantinas escolares terão 120 (cento e vinte) dias para se adequarem à nova lei.

**Art. 4º** - Fica proibida a comercialização dos produtos a seguir relacionados no ambiente das escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino no município de Pelotas:

- I** - balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados;
- II** - refrigerantes e sucos artificiais;
- III** - salgadinhos industrializados;
- IV** - frituras em geral;
- V** - Pipoca industrializada;
- VI** - Alimentos em cuja preparação seja utilizada gordura vegetal hidrogenada.

**Parágrafo Único.** A proibição de que trata este artigo estende-se aos ambulantes localizados nas cercanias das escolas.

**Art. 5º** - A cantina escolar oferecerá para consumo, diariamente, pelo menos uma variedade de fruta da estação *in natura*, inteira ou em pedaços, ou na forma de suco, preferencialmente com matéria-prima produzida na região de Pelotas.

**Art. 6º** - O contrato entre a escola e a cantina escolar, quando for o caso, conterá cláusulas observantes desta Lei.

**Parágrafo único** - Nas concorrências públicas, a minuta de contrato que integra o respectivo edital para exploração dos serviços de cantina escolar conterá cláusulas especificando itens comercializáveis, com observância do disposto nesta Lei.



## **Câmara Municipal de Pelotas**

Gabinete Vereadora MIRIAM MARRONI  
Bancada Partido dos Trabalhadores

**Art. 7º** - É proibida no ambiente escolar a publicidade de produtos cuja comercialização seja proibida por esta lei.

**Parágrafo único** - A proibição constante deste artigo estende-se a modalidades de publicidade por meio de patrocínio de atividades escolares, inclusive extracurriculares.

**Art. 8º** - As escolas adotarão conteúdo pedagógico em atividades extraclasse sobre os seguintes temas:

**I** - Alimentação e Cultura;

**II** - refeição balanceada, grupos de alimentos e suas funções;

**III** - alimentação e mídia;

**IV** - hábitos e estilos de vida saudáveis;

**V** - frutas, hortaliças: preparo, consumo e sua importância para a saúde;

**VI** - fome e segurança alimentar;

**VII** - dados científicos sobre malefícios do consumo dos alimentos cuja comercialização é vedada por esta Lei.

**Art. 9º** - As escolas e respectivas cantinas terão prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem ao disposto nesta Lei.

**Art. 10º** - As infrações aos dispositivos desta lei e de seu regulamento sujeitarão o infrator às penalidades previstas na Lei Municipal.

**Art. 11º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

**Art. 12º** - Cabe aos órgãos de vigilância sanitária e de educação, com a colaboração dos Conselhos Escolares, a fiscalização do disposto nesta Lei, respeitadas as respectivas competências.

**Art. 13º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas em orçamento.

**Art. 14º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 12 de novembro de 2010

**Vereadora Miriam Marroni**  
**Bancada PT**

Smf/MM.-



## **Câmara Municipal de Pelotas**

Gabinete Vereadora MIRIAM MARRONI  
Bancada Partido dos Trabalhadores

# **Justificativa**

A educação nutricional deve fazer parte do currículo escolar. Desde cedo, crianças e adolescentes, devem estar ambientados ao convívio de uma alimentação saudável e equilibrada. Assim, serão elas – as crianças e os adolescentes – agentes propagadores dos bons hábitos alimentares.

A escola é um espaço de formação, de orientação, de construção de bons comportamentos e hábitos. Ela tem a tarefa de ensinar não só os conteúdos formais como a matemática e o português. Por dentro destes conteúdos, deve ser estabelecida uma relação com valores importantes para a vida. Ensinar a construir o desejo por uma alimentação saudável, por exemplo. A escola pode contribuir efetivamente para isso. Tendo em vista que a obesidade pode ser considerada um problema de saúde pública.

A permanente orientação deve estar em todos os ambientes da escola, mesmo fora da sala de aula. Hoje, pode-se dizer que isso não acontece, já que nas Cantinas das Escolas, por exemplo, não existe esta preocupação. É a incoerência da escola.

É de conhecimento de todos que o sal, o açúcar e a gordura – especialmente se consumidos em excesso – são prejudiciais à saúde. Além disso, as estatísticas mostram que cada vez mais o número de pessoas obesas cresce no Brasil e no mundo. Espelho de uma má alimentação, com base em lanches, gorduras, fast food; antagônico àquilo que é considerado uma nutrição saudável, baseada em frutas, verduras, cereais etc.

Um dos reflexos da má alimentação de crianças e adolescentes são os inúmeros tipos de discriminação sofridos por aqueles que fogem dos padrões estéticos de hoje, os jovens obesos. Esta discriminação pode ser considerada bullying – termo inglês usado para descrever atos de violência física ou psicológica praticados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo. Mas muito mais do que isso, os problemas relacionados à saúde. A obesidade pode causar diabetes, doenças cardíacas, câncer, entre outras enfermidades.

Segundo estudos como o da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sebem), 15% das crianças e adolescentes brasileiros estão acima do peso ideal. Na população em geral, o número de obesos seria de 40%. A intenção do Projeto de Lei é evitar o que acontece em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo.

Novos estudos apresentam dados alarmantes nos Estados Unidos. Os números apontam que dentro de dez anos quase metade – 43% – da população americana será obesa. O estudo, que foi apresentado em matéria no jornal da Rede Globo Bom dia Brasil, diz



## **Câmara Municipal de Pelotas**

Gabinete Vereadora MIRIAM MARRONI  
Bancada Partido dos Trabalhadores

ainda que um em cada dez moradores daquele país são extremamente obesos; ou seja, estão 45 quilos a mais do que o peso ideal.

O estudo americano revela que o governo dos Estados Unidos deve gastar R\$ 620 bilhões com gastos médicos por causa da obesidade, o que representa 21% do orçamento destinado à saúde. O levantamento aponta ainda que cada adulto obeso gastará em média R\$ 15 mil por ano, em remédios e atendimentos médicos.

O americano é conhecidamente um consumidor aficionado por hambúrguer, bacon, batata frita, catchup e refrigerantes. Depois disso tudo, esbanjam ainda na sobremesa. E apesar das inúmeras campanhas educativas, lá a obesidade continua crescendo. Portanto, não podemos deixar que estes índices sejam alcançados em Pelotas e no país. Assim, poderemos ter um futuro mais saudável para a população.

Sendo assim, torna-se necessário o controle dos produtos oferecidos nas cantinas escolares e na própria escola, transformando em mais saudáveis os hábitos alimentares dos jovens. Desta forma, evitando doenças e discriminações no presente e no futuro.

Em face do exposto, colocamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa, com o que contamos com sua aprovação, pois se reveste de elevado cunho social.

Sala de Sessões, em 12 de novembro de 2010

**Vereadora Miriam Marroni**  
**Bancada PT**

*Smt/MM-*